

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

Sobre o Referendo Irlandês

O Congresso do PSD

No próximo fim-de-semana reúne-se na cidade de Guimarães o XXXI Congresso do PSD. É um momento chave da vida do partido, com uma nova liderança saída das eleições de 31 de Maio.

Mas é também um momento crucial do país, assoberbado com inúmeros problemas estruturais a que a governação socialista não deu resposta.

É grande a responsabilidade política do PSD. Os portugueses olham para nós como uma potencial alternativa de poder. Com esperança mas também com alguma ansiedade. Com expectativa mas ainda sem segurança. Com uma equipa renovada, com visão e sobretudo com estratégia sabemos construir um futuro melhor.

Não podemos defraudar os portugueses. Não podemos defraudar Portugal. Que o Congresso seja o «momentum» de um virar de página na nossa história colectiva. É esse o desejo de todos nós.

Viva o PSD!

Manuela Ferreira Leite considera os resultados negativos apurados um «contratempo muito sério»



Destaques:

- **Manuela Ferreira Leite e o tratado de Lisboa**

Pag. 2 e seguintes

- **PSD apela a maior sensibilidade governamental aos transportes**

Em "Actividades do PSD"

- **A Construção em Portugal**

Em "Artigo de Opinião", do nosso correspondente em Braga

Declarações da Presidente sobre o Referendo Irlandês



Manuela Ferreira Leite considera rejeição irlandesa ao Tratado de Lisboa um «contratempo sério».

A presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, considera que o «não» irlandês ao Tratado de Lisboa representa uma «situação preocupante» e um «contratempo sério» para o processo de construção europeia, frisando, no entanto, que a decisão do povo irlandês «deve ser respeitada».

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, sexta-feira passada, Manuela Ferreira Leite lembrou que a Europa está há muito tempo mergulhada num impasse, pelo que estes contratempos «podem evidenciar-se outra vez no impedimento de tratar dos problemas que devem ser tratados».

Para a líder do PSD, o chumbo ao Tratado de Lisboa e a elevada abstenção não significa que a Irlanda «não queira fazer parte da construção europeia», significa antes que muitos aspectos e pontos deste tratado «foram mal esclarecidos e entendidos». **Gab. Imp. PSD**

PSD apela ao Governo para mostrar “sensibilidade” ao sector dos Transportes

O PSD apelou no dia 9, ao Governo, para que seja sensível às dificuldades do sector dos transportes e procure chegar a um acordo que minimize os efeitos do aumento dos preços dos combustíveis.

Em declarações à agência Lusa, o deputado social-democrata Jorge Costa fez, “em nome da presidente do PSD”, Manuela Ferreira Leite, “um apelo ao Governo para que seja sensível às dificuldades do sector e abandone uma atitude mais arrogante, mais sobranceira, de assobiar para o ar”.

“Fazemos um apelo para que o Governo seja sensível à difícil situação do sector e a encontrar plataformas de entendimento com o sector, como está a acontecer pela Europa toda”, declarou o ex-secretário de Estado das Obras Públicas.

Questionado se o Estado deve dar apoios ao sector dos transportes, Jorge Costa respondeu que “a solução é o Governo que tem de encontrar”.

“Não nos compete a nós dizer qual é a solução em concreto”, considerou.

O deputado do PSD insistiu que “o Governo não pode virar costas às dificuldades do sector [dos transportes], que são reais”, bem como a “todos os sectores que são fortemente penalizados” pelo aumento dos preços dos combustíveis.

Por outro lado, Jorge Costa defendeu que “o Governo tem de ter firmeza para não permitir perturbações graves da ordem pública, tem de ter uma atitude, sobretudo, para evitar incidentes”.

As empresas de transporte de mercadorias protestaram hoje contra o aumento dos preços dos combustíveis, através de uma paralisação nacional de camiões que começou às 00:00 horas.

A direcção da Associação Nacional dos Transportes Públicos

Rodoviários de Mercadorias (ANTRAM) não apoia o protesto por entender que as negociações com o Governo não estão esgotadas. – **Fonte: Lusa**

Violência contra Mulheres deve ser combatida com veemência - Deputado Mendes Bota no Conselho da Europa

O deputado Mendes Bota interveio como orador convidado na conferência de encerramento da campanha do Conselho da Europa de combate à violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica., que começou no dia 10 em Estrasburgo, e se prolongará até ao dia 11.

Na sua intervenção, Mendes Bota defendeu a necessidade de uma Convenção Europeia de Combate à Violência Contra as Mulheres, que poderá servir de roteiro para preencher os muitos vazios legais e operacionais que ainda continuam a caracterizar a situação nos 47 Estados membros do Conselho da Europa, embora em níveis muito diferenciados.

No seu entender, esta Convenção deveria cobrir aquilo a que chamou os 3 Ps: P, de prevenção. P, de Protecção. E P, de Perseguição. E deverá tratar das mais variadas formas de violência sobre a mulher, incluindo a violência doméstica, os assaltos sexuais, os casamentos forçados, os crimes de honra e a mutilação genital feminina.

Como relator da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Mendes Bota identificou sete critérios de referência para avaliar a eficácia deste combate em cada país, mas infelizmente, apenas o Canadá, que é um Estado associado, consegue preenchê-los na totalidade.

Apenas 60% dos Estados consideram a violência doméstica contra mulheres um crime autónomo. Na cobertura de casas de abrigo para as vítimas e os seus filhos, apenas 8 países preenchem o critério de um lugar disponível por cada 7.500 habitantes.

Para Mendes Bota, existe ainda um longo percurso a percorrer, para garantir às mulheres vítimas um efectivo acesso à justiça, ou para melhorar a legislação, considerando a a violência entre parceiros ou ex-parceiros, uma circunstância agravante.

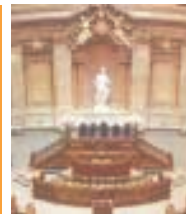
A alocação de recursos financeiros para este objectivo, está também muito longe de preencher o critério de 1 Euro por cada habitante de cada país. E, para os deputados nacionais, é muito difícil conhecer exactamente quais os recursos dedicados à luta contra a violência sobre as mulheres, pois o orçamento não permite fazer essa distinção.

Mas aquilo que mais impressionou Mendes Bota, foi o facto de mais de 50% dos parlamentos nacionais não disporem de qualquer instância de monitorização da aplicação da legislação e da aplicação dos recursos e do funcionamento do sistema. Nem comissão, nem subcomissão, nem grupo de trabalho.

Mendes Bota apelou ao envolvimento dos homens neste combate. São eles quem detém o poder, mas também são os homens que agredem.

A finalizar, considerou que se esta campanha foi um êxito a quebrar os silêncios e os tabus, desde o Atlântico até ao Cáucaso, ela não pode terminar aqui. Significa o início de uma nova etapa. - **Gab.Apº GP/PSD**





Intervenção do

DEPUTADO FERNANDO SANTOS PEREIRA

Senhor Presidente da Assembleia da República, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, ao iniciar esta intervenção o Partido Social Democrata quer deixar duas palavras sobre a situação que o País atravessa, sobre a crise dos transportes.

A primeira palavra de preocupação:

- Preocupação pela situação complicada em termos de ordem pública, segurança e tranquilidade;
- Espera-se do Governo e das autoridades a firmeza necessária para garantir a ordem pública e a tranquilidade.

A segunda palavra de alerta:

- Que o Governo não utilize aqui a arrogância e a falta de diálogo;
- Que desenvolva as medidas necessárias para resolver a situação.

Vamos então agora ao transporte ferroviário, matéria onde o Governo deixa pairar a ilegalidade.

Em Novembro de 2005 o “Jornal de Barcelos”, após um trabalho de investigação jornalístico, denunciou que a CP cobrava bilhetes acima do preço permitido por lei no trajecto Barcelos-Porto.

Imediatamente foi argumentado que os preços se encontravam dentro da lei.

Imediatamente foi argumentado que a situação era pontual e existente apenas naquele local.

Porém o aprofundamento do caso veio demonstrar que, lamentavelmente, os tarifários ilegais estendiam-se a todo o país, de Valença a Vila Real de Santo António.

Na Linha do Algarve, na Linha do Norte, na Linha da Beira Alta, na Linha do Oeste, no Ramal da Figueira e na linha do Douro, também se praticavam tarifários ilegais.

Esta evidência devia levar-nos, enquanto decisores políticos, a procurar resolver a situação de ilegalidade e de injustiça.

É essa tarefa que nos cabe genericamente enquanto Depu-



tados e, de forma específica, enquanto órgão executivo, cabe forçosamente ao Governo.

Se da parte do PSD e da restante Oposição foi denunciada e exigida a sua resolução, da parte do Governo não se assistiu a uma posição firme e claramente defensora dos interesses dos consumidores.

O Governo demitiu-se das suas funções tutelares e veio antes a dar cobertura política a todo o procedimento que a CP mantinha.

Um procedimento claramente ilegal pois os preços irracionalmente atingiram dependem de duas circunstâncias essenciais:

- A primeira ter a CP alterado os escalões quilométricos para o cálculo dos preços, passando a cobrar de 5 em 5 Km quando a lei só permite de 2 em 2 Km.
- A segunda ter a CP procedido a arredondamento de distâncias quilométricas (p. ex. de 50.3 Km para 51 Km) quando isso é totalmente proibido por lei.

Esta viciação das regras de cálculo constituiu uma ilegalidade grosseira que devia, depois de descoberta, ter sido imediatamente sanada pelo Ministério das Obras Públicas.

Só assim os passageiros dos comboios deixariam de ter a CP a meter-lhes constantemente a “mão ao bolso”.

Mas o que fez o Governo perante esta denúncia em todos os debates realizados aqui no Parlamento? (Seja na Comissão de Obras Públicas, seja aqui no Plenário).

O Governo sustentou que a Tarifa Geral de Transportes estava revogada e que, por isso, os preços estavam dentro da lei.

Foi até mais longe, ao afirmar que tinha um Parecer jurídico que estribava a situação. Parecer jurídico que já por duas vezes solicitamos cópia ao Governo e que nunca foi fornecida.

Não sabe assim este Parlamento se o Parecer existe, quem o encomendou, quanto custou e quem o pagou.

Ao pactuar com a ilegalidade e a injustiça o Governo tem revelado uma profunda insensibilidade social, descurando a defesa dos mais desprotegidos.

Por isso mesmo, o Partido Social-Democrata entendeu expor a situação ao Senhor Procurador-Geral da República para obter uma clarificação sobre os tarifários da CP.

O Parecer do Senhor Procurador Geral da República não podia ser mais evidente concluindo e passo a citar, “pela verificação de irregularidades quanto à alteração das divisões quilométricas e arredondamentos praticados” pela CP.

Foi assim a contra-gosto que o Governo se viu obrigado a legislar

sobre os tarifários, fazendo aprovar o Decreto-Lei n.º 58/2008 de 26 de Março.

Decreto-Lei que confirma que a Tarifa Geral de Transportes (Portaria 403/75) estava em vigor e por isso tinha aplicação.

Perante tudo isto, o que somos levados a pensar?

- Que as regras de cálculo dos preços dos bilhetes já estão regularizadas.
- Que já não há tarifários ilegais praticados pela CP.
- Que o Governo está a estudar formas de ressarcimento aos passageiros afectados.

Mas, não é essa a realidade.

- As regras de cálculo não estão regularizadas.
- Os tarifários da CP continuam ilegais.
- Sob as indemnizações aos passageiros o Governo não diz uma palavra

Senhor Presidente, Senhores Deputados, dois anos e meio depois de descobertas as irregularidades graves no cálculo do preço dos bilhetes, o Governo ainda não resolveu a situação.

Permite-se à CP todas as arbitrariedades, sem qualquer responsabilização. (Seja da CP ou da Entidade Reguladora)

Em Abril a CP anunciou que a partir do dia 26 daquele mês os tarifários seriam alterados. Foi adiado.

Depois a CP afixou nas estações os novos preços a praticar a partir de 1 de Junho. Também foi adiado.

Isto não pode continuar.

Por isso o Partido Social Democrata denuncia mais uma vez publicamente esta situação e esta cumplicidade do Governo em permitir que os passageiros da CP paguem mais do que aquilo que é devido por lei.

É uma cumplicidade vergonhosa o Governo permitir à CP que continue a cobrar bilhetes, o dobro mais caro do que a lei permite. Com esta ilegalidade o PSD continua a não pactuar. Disse - **Fernando Santos Pereira**



Duarte Freitas

Eurodeputado do PSD e representantes do sector da pesca recebidos pelo Comissário Joe Borg

Na quinta-feira dia 12 de Junho o Eurodeputado do PSD Duarte Freitas em conjunto com os representantes do sector da pesca portuguesa Miguel Cunha, Presidente da Associação Portuguesa de Armadores de Pescas Industriais (ADAPI) e Humberto Jorge, Presidente da Associação de Armadores de Peniche (AMAP) foi recebido pelo Comissário Europeu responsável pelas Pescas, Joe Borg para discutir a crise no sector das pescas.

A agenda desta reunião teve como principais assuntos:

1 - Preço dos Combustíveis: Qual a estratégia da UE para fazer face a este problema? Quais as medidas previstas no curto, médio e longo prazo?

2 - O impacto dos Planos de Recuperação nas economias das empresas: implicações que estão a ter na sustentabilidade das pescas em Portugal.

3 - Estratégia da UE para o desenvolvimento sustentável do sector das pescas: constrangimentos ditados pela actual conjuntura.

Esta reunião terá lugar no Gabinete do Comissário Joe Borg no edifício principal da Comissão Europeia. À saída da reunião serão prestadas declarações à imprensa.

Face ao actual momento que o sector atravessa, o promotor deste encontro, Duarte Freitas, Membro

da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu, lembra que a suspensão da greve se deve "à expectativa que os pescadores têm de ver cumpridas as promessas estabelecidas pelo Governo no dia 03 de Junho em reunião com o sector. Apesar de tardias e de pecarem por defeito, estas promessas são o primeiro sinal do fim do autismo governativo relativamente ao sector das pescas."

Por outro lado o Eurodeputado do PSD, que há muito vem alertando para os constrangimentos da pesca nacional, lembra que a "actual crise do sector, devida entre outras razões, ao elevado preço dos combustíveis, deverá ser combatida em várias frentes. A PCP e Bruxelas

poderão ajudar na sua resolução, mas os governos nacionais têm um papel decisivo para salvar o sector. Com esta iniciativa, o PSD quer que Portugal esteja no pelotão da frente para a resolução deste problema grave que a todos diz respeito. Até à data, Portugal foi o país que menos ajudou a sua frota pesqueira."

Duarte Freitas salienta ainda que em vésperas de "assumir o poder de co-decisão no domínio das pescas, o Parlamento Europeu poderá cada vez mais assumir-se como um importante veículo na condução e resolução dos problemas do sector." – **Do nosso correspondente, Duarte Marques**

Silva Peneda

Erradicação da pobreza é "o combate mais nobre que a UE deve travar"

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório relativo ao Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social da autoria da Deputada PANAYOTOPOULOS - CASSIOTOU e cujo debate contou com a intervenção crítica do Deputado do PSD, José Silva Peneda.

O ex-Ministro do Trabalho de Cavaco Silva assinalou o facto do relatório em debate mencionar de forma expressa a luta pela "erradicação da pobreza" tal como tinha sugerido e não apenas o "combate à pobreza", como chegou a estar proposto.

Silva Peneda lembrou que, se por um lado a União Europeia nos habituou a reagir muito rapidamente, num grande espírito de solidariedade, por exemplo, no auxílio às vítimas de catástrofes naturais pelo mundo fora, "revela muita hesitação no auxílio às vítimas de catástrofes económicas e sociais no seio da própria União."

O Deputado do PSD criticou o facto de neste relatório onde se aborda o tema da pobreza "não se faça referência ao aumento dos preços dos bens alimentares" afirmando mesmo que esta ausência de

referência "choca-me, porque todos nós sabemos que quanto mais pobre é uma família maior é a percentagem do seu orçamento com a aquisição de bens alimentares."

Silva Peneda recordou que neste sentido deveria ser mencionada, por exemplo, a recente Comunicação da Comissão relativa à subida do preço destes produtos.

Quanto à erradicação da pobreza, Silva Peneda é da opinião que "não devemos restringir a luta apenas ao espaço territorial da União" pois na sua opinião esta "é

uma luta que não tem fronteiras, porque estamos a falar de valores essenciais à dignidade humana," e, tal como recordou mais à frente, a Europa, ao longo da sua história, sempre se "definiu mais pela sua irradiação para o mundo do que por si mesma."

A terminar Silva Peneda afirmou que no século XXI, "de todas as tarefas que a União Europeia pode desempenhar a bem da humanidade, a luta a favor da erradicação da pobreza será porventura a mais nobre de todas." – **D. Marques- Correspondente**

A Construção em Portugal ...

Ricardo Rio (*)



Sendo um dos sectores mais importantes para a actividade económica nacional, o sector da construção civil e obras públicas só costuma ser recordado por maus motivos: é o volume de acidentes de trabalho, é o recurso a mão-de-obra imigrante a custos muito reduzidos, é a alegada cartelização de preços em certos concursos públicos, são as situações menos claras no relacionamento com as Autarquias locais, entre vários outros “atributos” pouco simpáticos.

Todavia, este sector apresenta também traços importantes para o conjunto da economia do País ou de uma certa região em que, como no Minho, tenha um peso mais signifi-

cativo, quer pelo volume de negócios que gera, quer pelo nível de emprego que potencia, quer, até, por ter boas perspectivas de internacionalização com vantagens competitivas.

Perante estes factos, pode então perguntar-se: porque é que apenas duas (a Mota-Engil e a Soares da Costa) das muitas empresas nacionais conseguem o seu lugar ao sol no ranking das 100 maiores Empresas de Construção Europeias -European Powers of Construction 2007, da Deloitte?

Desde logo, por uma razão de escala do País. Quantas empresas nacionais estão no topo dos rankings de dimensão dos seus sectores de actividade a

nível europeu ou mundial? Quantas “Blue Chips” do nosso mercado constam do principal índice da NYSE Euronext?

Ora, como seria de esperar, esse ranking encontra-se dominado por empresas britânicas (embora as duas primeiras até sejam francesas), mas regista também um peso expressivo de empresas espanholas, o que já motiva outras reflexões.

Na verdade, as empresas de Portugal e Espanha, pese embora a diversa dimensão de cada um dos países, tiveram uma história similar e um conjunto de oportunidades de que idênticamente puderam beneficiar, com especial ênfase para os muitos milhões de pesetas, contos e euros que os dois países receberam dos Fundos Comunitários e que suportaram os múltiplos investimentos em infra-estruturas realizados ao longo das últimas duas décadas.

Também na esfera de intervenção privada, a descida sustentada das taxas de juro, alimentou uma apetência crescente pelo sector imobiliário, que mais receitas gerou para as empresas deste sector de actividade.

A partir daqui, porém, as estratégias das empresas de cada um dos países foram diversas, com consequência directa nos resultados que umas e outras hoje apresentam e nos riscos que comportam face às perspectivas futuras.

Assim, em Portugal manteve-se uma forte dependência dos projectos públicos para a esmagadora maioria das empresas – o que teve um impacto negativo relevante quando confrontados com a política de contenção do défice público e as restrições ao endividamento das Autarquias locais.

Da mesma forma, foi também bastante reduzida a expressão local dos fenómenos de concentração a que assistimos em quase todos os outros sectores de actividade, o que retirou alguma massa crítica às empresas nacionais e alguma capacidade de competirem com vantagem nos mercados locais e internacionais.

Percebe-se, assim, que as

excepções a esta regra costumem surgir do estabelecimento de parcerias ou consórcios de várias empresas nacionais, tal como aconteceu na construção do Estádio Municipal de Braga (com o ASSOC, ACE que reuniu a ABB – Alexandre Barbosa Borges, Lda, a Domingos da Silva Teixeira, SA, os Empreiteiros Casais, SA, a Eusébios & Filhos, Lda, a FDO – Construções, SA, a J. Gomes – Soc. Const. do Cávado, SA, e a Rodrigues & Névoa, Lda) ou na recente contratualização no valor de 305 milhões de Euros da Bracarense Way2B (também com a DST, Britalar, J. Gomes - Sociedade de Construções do Cávado, Rodrigues & Névoa e ABB - Alexandre Barbosa Borges) com o Governo Líbio, só para citar dois exemplos que nos são próximos.

À luz destes dados e considerações, compreende-se a apreensão dos empresários do sector (de que dá eco um dos últimos comunicados da FEPICOPS – Federação Portuguesa da Indústria de Construção e Obras Públicas) em torno das recentes considerações de alguns responsáveis sobre a capacidade de as empresas nacionais poderem comportar o “elevado” volume de obras públicas que se perspectiva venham a ser concretizadas no futuro próximo.

Ora, sem que possa admitir-se a instituição de qualquer tipo de protecção como aquele que se alega defende as empresas espanholas nos concursos nesse País, dependerá muito da conduta das empresas de construção nacionais o seu posicionamento na cadeia de valor desses potenciais concursos públicos de grande envergadura: ou como entidades adjudicatárias ou como subcontratadas de quaisquer concorrentes internacionais.

O sector tem a palavra... (*)
Ricardo Rio – Mestre em Economia, vereador da Câmara de Braga (PSD), presidente da CPS/PSD, Correspondente do Povo Livre

Notícias da Chamusca

PSD congratula-se com CIRVER da Chamusca

O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD José Eduardo Martins congratulou-se com a inauguração marcada para quarta-feira de dois Centros de Tratamento Integrado de Resíduos Industriais Perigosos (CIRVER) na Chamusca.

Os dois equipamentos “irão tratar mais de 85 por cento dos Resíduos Industriais Perigosos (RIP) produzidos em Portugal”, de acordo com o deputado do PSD.

Segundo José Eduardo Martins, isso significa que “o bom senso político e técnico-científico” venceram a “obstinação cega” do primeiro-ministro e ex-ministro do Ambiente, José Sócrates, pela co-incineração.

“Graças a essa obsessão política o país acabou, infelizmente, por perder mais de uma década para resolver adequadamente o problema da gestão dos seus RIP e por pagar com os seus impostos, relatórios, comissões, peritos o custo da teimosia e da obstinação de um governante”, sustentou.

José Eduardo Martins quis “expressar pública congratulação pela inauguração dos dois CIRVER” e considerou que esta se deve a “três actores”: os autarcas da Chamusca, distrito de Santarém, “os empresários que investiram milhões de euros para se candidatarem” à construção dos equipamentos e o Governo de Durão Barroso, do qual fez parte como secretário de Estado do Ambiente.

“O Governo do PSD, em 2002, optou por esta solução. Determinou, desde logo, a inventariação rigorosa da produção nacional de RIP e, em função disso, a abertura de um concurso público para a construção e a operação dos agora inaugurados CIRVER”, referiu.

Nos CIRVER os resíduos perigosos sofrem, “na mesma unidade, um conjunto de

tratamentos diferenciados” e “os que não possam ser reciclados são depositados em aterro”, resumiu José Eduardo Martins, que assinalou que nesta semana “celebra-se o Dia Mundial do Ambiente”.

Quercus e José Eduardo em sintonia

A associação ambientalista Quercus e o deputado social-democrata José Eduardo Martins contestaram hoje a criação de um regulamento para o tratamento de resíduos perigosos que exclui as cimenteiras, onde é feita co-incineração.

Falando à margem da inauguração dos dois Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER), na Chamusca, o dirigente ambientalista Rui Berkemeier considerou desnecessária a criação de um regulamento específico para estes equipamentos, que o Governo está a ultimar.

“Esta regulamentação foi uma invenção do Governo”, podendo prejudicar os CIRVER em relação às cimenteiras, que “não têm regulamento nem é obrigatório que tenham”, considerou Rui Berkemeier.

De acordo com este ambientalista, “há uma gama de resíduos muito grande que tanto pode ser tratada nos CIRVER como nas cimenteiras”, mas se o regulamento só se aplicar nas unidades de tratamento o seu destino será a co-incineração.

“Não há referências a regulamento para cimenteiras, unidades de tratamento de resíduos banais ou hospitalares, mas somente para os CIRVER”, que são os equipamentos que “têm todas as licenças nacionais e comunitárias para trabalharem”, referiu.

“A autoridade de concorrência já disse que não deve

haver regulamento para os CIRVER quando não os há para os seus concorrentes: as cimenteiras”, recordou ainda Rui Berkemeier, esperando um recuo do Governo nesta matéria.

Já o ex-secretário de Estado do Ambiente José Eduardo Martins (PSD) defendeu que os “CIRVER têm uma licença ambiental que define tudo o que é preciso para trabalhar”, considerando que a “única preocupação deste Governo é transformar os resíduos perigosos em combustível para queimar”.

“As cimenteiras nem sequer têm avaliação de impacto ambiental”, enquanto os “CIRVER têm de ter uma licença e depois esse regulamento”, acrescentou.

Esta situação revela a “extre-

ma má-vontade com que o Governo teve de aceitar a solução dos CIRVER”, preconizada pelo executivo PSD/CDS, disse também José Eduardo Martins.

“A política do PS para os Resíduos Industriais Perigosos foi sempre a co-incineração”, mas o anterior Governo abriu o concurso e “comprometeu o país” com os CIRVER, que resultam do “esforço dos empresários e da Câmara da Chamusca”, acrescentou.

Para José Eduardo Martins, o ministro do Ambiente, Nunes Correia, que hoje inaugurou os dois CIRVER, tem revelado “deselegância e uma certa desfaçatez para tentar colher os louros do trabalho que não fez”.

– Fonte: Lusa



Notícias da Guarda

Vereadores sociais-democratas na Câmara da Guarda participam ao Ministério Público e ao (IGAT) uma deliberação camarária que consideram “ilegal”.



Os vereadores sociais-democratas na Câmara da Guarda anunciaram hoje que vão participar ao Ministério Público e à Inspeção-Geral da Administração do Território (IGAT) os contornos de uma deliberação camarária que

consideram “ilegal”, referente ao acesso a um centro comercial. Segundo a vereadora social-democrata Ana Manso, na reunião de hoje do executivo foi aprovada uma proposta por maioria, na ausência dos dois eleitos do PSD presentes (Ana Manso e João Bandurra), que se retiraram da sala, por considerarem tratar-se de “uma tentativa de branqueamento” de uma situação que consideram “ilegal, que não tem qualquer fundamentação, nem parecer técnico”.

O assunto respeita à construção de uma rampa de acesso ao futuro centro comercial Vivaci, a partir do largo do Prolar, que está a ser edificado na Avenida dos Bombeiros Egitanenses.

A oposição considera que os

promotores do projecto avançaram com a construção do acesso sem que houvesse “uma deliberação prévia”.

Hoje, o executivo aprovou uma proposta, apresentada pelos promotores, em que, caso o acesso se mantenha por aquele local, a partir da via pública, seja pago à Câmara Municipal o valor de 0,04 euros por cada veículo que entre no centro comercial, durante 75 anos.

Os eleitos do PSD recusaram votar a proposta, argumentando que “o que se tentou fazer agora foi ‘pôr o carro à frente dos bois’, tentar regularizar uma situação grave, porque põe em causa todos os procedimentos dos municípios” em relação à execução de obras e ocupação da via pública.

“É dar a volta, tentando legalizar uma situação que é ilegal por natureza, porque houve um abuso de poder por parte do promotor”, considerou Ana Manso, sublinhando que a rampa de acesso já está construída.

Perante a situação, anunciou que os vereadores do PSD irão apresentar queixa junto da IGAT e “exigir que o Ministério Público verifique esta situação” que consideram “de atropelo à lei”.

Disse ainda que durante a discussão do assunto, o PSD exigiu um “estudo técnico para saber se a circulação no largo em frente ao centro comercial é beneficiada ou prejudicada” com a criação do acesso, para depois poder tomar uma decisão. –

Fonte: Lusa

Notícias de Benavente

Nova CPS inicia actividades

Realizou-se, no dia 31 de Maio de 2008, a eleição da Comissão Política e da Mesa da Assembleia da Secção de Benavente do Partido Social-Democrata.

O novo presidente da Comissão Política é Ricardo Alexandre Oliveira, natural de Santo Estêvão e ex-presidente da Secção de Benavente da Juventude Social Democrata.

Dentro de alguns dias a CPS fará a sua primeira declaração política que marcará o início de uma nova fase no PSD do Concelho de Benavente.

Composição da Comissão Política:

Presidente:	Ricardo Alexandre Oliveira
Vice-Presidente:	Sónia da Silva Ferreira
Vice-Presidente:	Bruno Manuel Soares Nepomuceno
Secretário:	José António Rodrigues da Avó
Vogal:	Lina Maria Ferreira do Norte
Vogal:	Ana Madalena Quintino Mauritano
Vogal:	Carminda Lopes Garcia dos Santos
Vogal:	Paulo Alexandre Alves Ramalho

Composição da Mesa da Assembleia:

Presidente:	António Camilo Farinho Mauritano
Vice-Presidente:	António Manuel Neves Gonçalves
Secretária:	Sílvia Maria Batista da Silva

- Fonte CPS/Benavente

Notícias de Abrantes

Visitas de trabalho Freguesias do Concelho

No fim do mês passado, a Comissão Política Concelhia de Abrantes, realizou mais uma das visitas que tem vindo a realizar com regularidade, desta vez às freguesias mais a sul do concelho.

Bemposta e Vale das Mós

Em Bemposta, o cenário não difere das restantes freguesias rurais do concelho. Esta freguesia, a maior do concelho, com uma área de 188 km², por ser a entrada sul do concelho, pela área que detêm, pela história que acarreta, e principalmente, pelas gentes que aí habitam, não merecia este tratamento.

As acessibilidades rodoviárias em péssimo estado – que já causaram vários acidentes mortais, a falta de investimento nos serviços básicos, instalações devolutas – o caso das antigas escolas primárias, e uma completa falta de sensibilidade nas políticas de atracção, tanto de investimento como de pessoas – veja-se o caso do fracassado “loteamento” municipal, durante os últimos de governação socialista, tanto na Junta como na Câmara Municipal, conduziu Bemposta à situação que hoje vive, de completo abandono e desprezo.

Pelo passado de prosperidade que protagonizou, as gentes de Bemposta não mereciam este tratamento. Não se entende, como é que, em pleno séc. XXI, se pode assistir a uma situação destas.

O PSD de Abrantes defende a execução, o mais rápido possível, de um plano estratégico para esta freguesia, que contemple os vários factores de desenvolvimento, e que, a médio prazo, devolva a Bemposta o lugar que merece, e que esta, possa ser uma freguesia com verdadeira qualidade de vida.

Como os eleitos do PSD há muito defendem nas Assembleias de Freguesia, é imperioso que, o futuro IC-9 contemple um nó de ligação a Bemposta, em local que permita a implementação de uma área industrial, uma vez que, segundo a



proposta do PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território), que está em discussão pública, o eixo Abrantes / Ponte de Sôr é uma das zonas com elevado potencial para a criação de áreas industriais.

O PSD não se resigna com a total ausência de perspectivas que se vive nesta freguesia, que empurra todos os jovens, não para a cidade de Abrantes, mas para fora do concelho, sem que os mesmos pensem em voltar à sua terra natal, esta inevitabilidade, que se vive hoje em dia, traduz-se numa situação deveras desoladora, e completamente inaceitável.

Em Vale das Mós o PSD encontrou mais do mesmo. Uma freguesia mergulhada num marasmo completo, onde o Aquapolis e a Cidade Desportiva não chegam, onde o turismo não existe, onde o apoio ao desenvolvimento é completamente ignorado.

A Câmara Municipal tem de perceber que o concelho é composto por 19 freguesias, que não existem abrantinos de primeira e de segunda.

O que se passa hoje em dia nesta, e noutras freguesias, é o resultado catastrófico da falta de políticas para o interior do concelho, é a prova da falência total do modelo de desenvolvimento socialista, levado a cabo nos últimos 16 anos.

O desenvolvimento no séc. XXI quer-se devidamente sustentado, em várias áreas, no entanto, o PSD defende que, o

Turismo deve ser uma aposta nesta freguesia, dotada de uma paisagem excepcional e de características ímpares neste domínio. Esta ideia não partilhada pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, que preferem assobiar a olhar para o lado quando se fala de qualidade de vida nas freguesias rurais, e na fixação de jovens nos locais onde nascerem e cresceram, e nos quais criaram raízes, acarreta consequências dramáticas para estas freguesias.

O combate ao envelhecimento da população e à desertificação faz-se com novas políticas, com uma visão de futuro, com o romper de ideologias ultrapassadas, faz-se com esperança e perseverança. O PSD acredita que é possível melhorar a vidas das pessoas com novas políticas, protagonizadas por novas pessoas. – **CPS/Abrantes-PSD**



Notícias da Cascais

Abertura do "Parque Marina Terra"



Teve lugar no dia 10, pelas 12H00, junto à entrada da Marina de Cascais (frente à Casa de S. Bernardo), a abertura e visita às instalações do Parque Marina Terra, novo estacionamento subterrâneo de Cascais. Com 570 lugares a funcionar 24 horas por dia, esta nova estrutura vem reforçar a oferta de estacionamento no centro da vila.

Construído pela MarCascais e Gesportmar no espaço da Concessão da Marina de Cascais, o Parque de Estacionamento Subterrâneo "Marina Terra" integra 570 lugares, distribuídos por três pisos acessíveis a partir de duas entradas viárias e quatro pedonais, três das quais com elevador. De referir que os lugares de estacionamento agora criados apresentam uma dimensão acima da média para evitar pequenos toques e portas riscadas.

Os veículos poderão entrar no parque pelo acesso criado na Rotunda João Paulo II (junto ao Centro Cultural de Cascais) ou pela entrada criada junto ao actual acesso à Marina.

Para os peões foram criados três acessos com escadas e elevadores distinguidos a nível do solo pelos "cubos" em vidro situados junto ao acesso pedonal da Marina (ao nível das lojas), à entrada para o Museu Conde de Castro Guimarães e à Rotunda João Paulo II (Centro Cultural de Cascais).

Os utilizadores deste novo parque de estacionamento estão sujeitos a uma taxa variável de €1,10 na primeira hora, € 1,00 na segunda hora e € 0,80 nas seguintes. A MarCascais criou ainda a figura de avença que pode ser subscrita por 12 ou 24 horas, por períodos mensais, anuais ou plurianuais. A concessionária da Marina disponibiliza um serviço de lavagens-auto para comodidade dos utentes do parque de estacionamento.

À superfície, fruto do aproveitamento paisagístico e arquitectónico da cobertura do parque construído no "fosso" da Cidadela, está a ser ultimada aquela que será uma praça pública de grandes dimensões, com cerca de 9.000 metros quadrados.



Novo equipamento desportivo: Pavilhão e Sede Social do Clube de Futebol de Sassocieiros

Dia 13 de Junho, data em que assinala 62 anos de existência, o Clube de Futebol de Sassocieiros inaugurou o seu novo pavilhão desportivo, numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d'Orey Capucho.

Com uma dimensão de 3.500 m², o novo equipamento foi construído em terreno cedido pela Câmara Municipal de Cascais que apoiou esta obra com € 3.000.000,00.

O novo pavilhão vai permitir a prática de diversas modalidades como Futsal, Andebol, Patinagem Artística, Karaté e Capoeira, sendo que nave principal está equipada com uma bancada com capacidade para 500 espectadores.

A estrutura inclui um ginásio, auditório com 90 lugares sentados, instalações de apoio e uma zona de restauração, bem como espaço para a Sede Social do Clube.

Fundado no dia 13 de Junho de 1946, o Clube de Futebol de Sassocieiros conta com mais de 1000 associados e mantém cerca de 400 praticantes desportivos em modalidades como futsal - a equipa sénior disputa a I Divisão Nacional - andebol, patinagem artística, karaté, capoeira, em componentes de formação e competição desportiva.

Cursos Internacionais de Verão 2008: Apresentação no Centro Cultural de Cascais

No dia 16 de Junho, no Centro Cultural de Cascais, a Câmara Municipal e o Instituto de Cultura e Estudos Sociais apresentaram a XV edição dos Cursos Internacionais de Verão de Cascais, que terá lugar de 23 de Junho a 5 de Julho. Os principais temas em destaque nesta edição são "Solidariedade Social: o Papel do Estado e do Cidadão" e "Migrações: das

células aos cientistas".

Espaço ainda para um Curso Complementar e um conjunto de Serões Musicais e Literários, evocando os 150 anos sobre o nascimento de G. Puccini e os 400 anos do nascimento do Padre António Vieira.

Promovidos em colaboração com a Câmara Municipal de Cascais e a Universidade de Lisboa, os Cursos Internacionais de Verão de Cascais versam temas da actualidade, contando sempre com a colaboração de reputados especialistas que procuram corresponder às naturais exigências do cidadão participante no que concerne à inteligibilidade do mundo que nos rodeia. A direcção é de José Manuel Tengarrinha, que na presente edição coordena também o tema "Solidariedade Social: o papel do Estado e do Cidadão". Entre os oradores convidados contam-se Viriato Soromenho - Marques, Professor na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Maria de Belém, (deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista) Isabel Jonet (Presidente do Banco Alimentar Contra a Fome), Fernando Nobre (Presidente da Assistência Médica Internacional), D. Januário Torgal Ferreira ((Bispo das Forças Armadas e da Segurança), Roberto Carneiro (Cetro de estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa) e José Gomes Canotilho (jurista e Professor na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra).

Igualmente em destaque encontra-se "Migrações: das Células aos Cientistas", coordenado por Maria de Sousa, investigadora e professora universitária do Instituto de Ciências Médicas Abel Salazar, que conta com a colaboração de David C. Lyden do Weil Cornell Medical College, EUA, António Amorim, Vice-Presidente do Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, além de outros oradores que desenvolvem a sua actividade profissional no estrangeiro.

Notícias de Chaves

PSD chumba proposta da oposição socialista para referendo sobre a ponte romana

A maioria PSD da Câmara de Chaves chumbou hoje a proposta da oposição socialista para realizar um referendo para decidir se a ponte romana deve ou não ficar encerrada ao trânsito automóvel. Os quatro eleitos pelo PSD, incluindo o presidente, João Batista, votaram contra a proposta de referendar o futuro da ponte romana.

Os três vereadores do PS não desarmam e dizem que vão continuar a lutar pela total pedonalização do monumento, também conhecida por ponte de Trajano e que já possui mais de 1900 anos. O vereador do PS Nuno Rodrigues disse hoje à Agência Lusa que o seu partido está disposto a recolher as cinco mil assinaturas necessárias para a realização de um referendo popular.

Isto, segundo frisou o responsável, se a autarquia optar por manter a travessia aberta ao trânsito automóvel.

O presidente da autarquia, João Batista, já havia dito que a “po-



sição do município é a de não haver referendo”.

Segundo o autarca, a decisão quanto ao futuro daquela infraestrutura histórica vai ser tomada baseada nos pareceres técnico e do Ministério da Cultura, que tutela aquele património nacional.

João Batista acrescentou que a decisão deverá ser tomada até ao

final do mês, altura em que prevê que a intervenção na infraestrutura esteja concluída.

A proposta apresentada pelo executivo social-democrata à Assembleia Municipal, a 30 de Abril, era de que a travessia se mantivesse fechada ao trânsito das 20:00 às 08:00, durante os dias de semana, e todo o dia aos

sábados, domingos e feriados.

O futuro da ponte romana está a gerar uma grande discussão e mobilização da sociedade civil local. Em defesa da total pedonalização já surgiu o movimento “Ponte a Pé”, está a ser promovido um abaixo-assinado e na Internet está disponível uma plataforma de voto para sondar a opinião da população. – Fonte: Lusa

Notícias de São João da Madeira

Introdução do empreendedorismo nos programas do ensino secundário

A introdução do empreendedorismo nos programas do ensino secundário “é inevitável”, afirmou o presidente da Câmara de S. João da Madeira, Castro Almeida.

“Os estudantes antes de ‘largarem’ o ensino secundário deviam ter um reforço curricular na área do empreendedorismo”, disse à Agência Lusa Castro Almeida, que foi secretário de Estado da Educação e Desporto no último dos governos de Cavaco Silva.

O autarca sublinhou que o empreendedorismo “não nasce apenas de geração espontânea, é preciso ter algumas características básicas de personalidade”.

“Se houver um incentivo e

formação nesta área, nós facilitaremos que muitos estudantes pensem seriamente na possibilidade de criarem o seu próprio negócio, em vez de pensarem apenas em procurar quem lhe dê emprego”, referiu.

Castro Almeida falava à margem da cerimónia de apresentação dos projectos finalistas do concurso de ideias de mini planos de negócios, realizado no âmbito do projecto “Empreender não é Secundário”.

O concurso destinou-se a incentivar os jovens a elaborarem mini planos de negócios, tendo como principais enfoques a criatividade e a inovação, assim como a ligação às áreas estratégicas da cidade.

“Sentidos” foi o tema da ideia vencedora desenvolvida por alunos do Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado (CFPIC). Completaram o pódio, estudantes do Centro de Educação Integral (com o projecto “Obesity Center”) e do CFPIC (“BT - 3 Design”).

As três ideias - seleccionadas pelo júri entre dez equipas finalistas - receberam como prémio material multimédia.

O projecto - dinamizado pela Câmara de S. João da Madeira, com o apoio da GesEntrepreneur - é dirigido aos alunos das escolas secundárias da cidade e pretende criar “um verdadeiro ‘ecossistema’ potenciador do empreendedorismo”.

A iniciativa enquadra-se na estratégia da autarquia para a competitividade, que teve início em Novembro de 2007 com acções de formação que envolveram cerca de 30 docentes de escolas públicas, privadas e do ensino profissional.

Os professores estão a ministrar desde o início do ano aulas de empreendedorismo a 700 alunos do ensino secundário.

“S. João da Madeira faz parte de um corpo reduzido de municípios que estão a ser pioneiros nesta área, mas estou convencido que mais tarde ou mais cedo esta experiência há-de ser alargada a todo o país, é inevitável”, acrescentou o presidente da autarquia. – Fonte: Lusa

Notícias de Ílhavo

Instalação da Praça Euro 2008

A Câmara Municipal instalou de 7 a 29 de Junho, na Praça do Centro Cultural de Ílhavo, uma zona de acolhimento de adeptos do Futebol, denominada “Praça Euro 2008”.

Nesta Praça são transmitidos diariamente os jogos do Euro em ecrã gigante, decorrendo ainda diversas actividades, antes e depois dos jogos, como é o caso de cinema ao ar livre, actividades desportivas, área para futebowl, pontaria, pokersoccer e futevulção, espectáculos musicais, etc. Para além disso, estarão igualmente instaladas nesta Praça quatro “barraquinhas” de bebidas, dinamizadas por Associações do Município.

O horário normal de funcionamento da Praça é, sensivelmente entre as 16h00 e as 23h00 de segunda a quinta-feira, e das 10h00 às 00h00 à sexta-feira, fins-de-semana e feriados.

Paralelamente ao Euro 2008

decorrerá igualmente na Praça, ao fim de semana, o “Europeuzito 2008”, no qual participação 16 selecções compostas por crianças com idades entre os 8 e os 10 anos.

As Associações Parceiras são: Associação de Pais da Marinha Velha; Amigos da Malha da Carvalheira; Associação de Pais da Cale da Vila; GRAL; Os Baldas; Banda dos Bombeiros – Música Nova; Illiabum Clube; Núcleo Sportinguista de Ílhavo; G. J. Torre; Associação de Pais da Ermida; Aquém Renasce; Confraria Camoniana; Associação de Pais da Sra. do Pranto; Colectividade Popular Coutada; Associação Cyberclip; Chio-Pó-Pó; O Arrais; Grupo Desportivo da Gafanha; Fundação Prior Sardo; Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação; Grupo Etnográfico da Gafanha da Nazaré.

Marchas Sanjoaninas de Ílhavo 2008

A Câmara Municipal de Ílhavo vai promover a realização da edição de 2008 das Marchas Sanjoaninas de Ílhavo, nos próximos dias 20, 21 e 28 de Junho, em parceria com as seguintes Associações: Grupo de Jovens “A Tulha”, Grupo de Jovens da Praia da Barra, Rancho Folclórico “Os Palheiros da Costa Nova”, Associação de Pais e Amigos das Crianças da Gafanha da Encarnação e Grupo de Dança “Pestinhas”.

Esta iniciativa que faz parte da agenda de actividades culturais promovidas pela Câmara Municipal de Ílhavo para o ano de 2008, tem como objectivos:

- Manter a tradição desta festa de cultura popular bem apreciada e vivida pelas populações do Concelho de Ílhavo;
- Promover a divulgação da criação



artística nas vertentes da coreografia, música, poesia e demais requisitos envolvidos nesta manifestação pública de cultura predominante de raiz popular;

• Promover a notoriedade e visibilidade cultural e artística do Concelho de Ílhavo.

Esta iniciativa, uma mostra da grande riqueza da nossa cultura popular, terá três dias de exibição pública com os desfiles a acontecerem nos dias 20 de Junho, Sexta-feira na Avenida Fernão Magalhães na Praia da Barra; dia 21 de Junho, Sábado no local do antigo Mercado por trás da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e no Sábado dia 28, no Pavilhão Municipal Capitão Adriano Nordeste, em Ílhavo. - © CM Ílhavo

Notícias do Montijo

Distrital PSD aposta forte no Montijo para as próximas eleições

O presidente da Distrital de Setúbal do PSD, Bruno Vitorino, afirmou ontem que o Montijo é um concelho em que o partido vai apostar fortemente nas próximas eleições autárquicas.

Na Assembleia Distrital de Setúbal do PSD, que se realizou ontem no concelho do Montijo, Bruno Vitorino sublinhou que a partir de Setembro o partido no distrito precisa de estar unido para as eleições que se avizinham.

O dirigente social-democrata considera que o PSD tem “grandes hipóteses” de obter um resultado histórico no Montijo, garantido que a Distrital vai prestar todo o apoio para que o partido possa ganhar as eleições.

“Para que tenhamos sucesso é preciso estarmos todos unidos, em torno do mesmo objectivo”, sublinhou, lembrando ainda as dificuldades de implantação no Distrito de Setúbal.

Bruno Vitorino referiu ainda o trabalho feito pelos autarcas do Montijo em prol da população, tendo ainda destacado o desempenho do presidente da Junta de Freguesia de Canha, Armando Piteira, um dos três presidentes de Junta de Freguesia eleito pelo PSD no Distrito de Setúbal.

Nesta sessão foi também apresentada uma Moção pelo vice-presidente da Mesa, António Neves, apelando a que o PSD e o que os militantes do distrito se unam em torno da nova líder, “por forma a que se volte a ter a credibilidade política que como partido tivemos junto das populações”.

Este documento sublinha o facto de que o ano 2009 é crucial para o país e que “as eleições legislativas servirão de pedra de toque para o rumo de um Portugal que se quer saudável, política e socialmente, e para tal só poderemos servir o futuro do nosso país se estivermos unidos junto da nova liderança partidária”.

“O futuro do país está nas nossas mãos. Só um PSD forte e coeso poderá derrotar o PS nas eleições legislativas, autárquicas e europeias de 2009”, destaca a Moção.

Na Assembleia Distrital foi também apresentada a Moção que a Distrital de Setúbal do PSD irá levar ao XXXI Congresso Nacional do partido, intitulada “Setúbal – Uma Janela de Oportunidades”, a qual foi aprovada por unanimidade.

Bruno Vitorino salientou o facto da votação ter sido unânime referindo que o distrito vai unido para o congresso. – CPS/Montijo-PSD

Notícias dos açores

Açores precisam de “rumo definido”

O líder do PSD/Açores considerou terça-feira que a Região precisa de um “rumo definido” e de uma “estratégia”, de forma a alcançar “resultados positivos para as condições de vida” dos açorianos.

“O problema não é o dinheiro, pois vamos continuar a ter muito apoio da União Europeia. Nem fazer mais ou menos obras, pois basta ter dinheiro para encomendar projectos e trazer as empresas de construção. O problema é ter rumo e ideias que correspondam às necessidades efectivas das pessoas”, afirmou Costa Neves, no encerramento da convenção Vida Nova da ilha do Corvo.

Segundo o líder social-democrata, esta necessidade é urgente, sobretudo, nas ilhas mais pequenas, onde é preciso “combater o terrível flagelo da desertificação”.

O presidente do PSD/Açores considerou que têm faltado à governação socialista “resultados palpáveis, que se medem nas condições de vida” dos açorianos, e referiu que Carlos César e José Sócrates “estão a deixar os Açores de pantanas”.

Costa Neves assegurou, ainda, que um governo social-democrata vai proceder à construção de uma nova infra-estrutura portuária na ilha do Corvo.

“Para mim, cada vez é mais claro que temos de encontrar uma solução para o porto da Casa, que não passa por mais um remendo no actual porto, mas pela construção de uma nova estrutura”, salientou.

PSD alerta para “graves omissões” na construção das Portas do Mar

O PSD/Açores alertou para as “graves omissões” no projecto das Portas do Mar, com “efeitos negativos e directos” na actual e na nova marinas, e desafiou o governo regional a explicar se houve “ligeireza e negligência” na construção do empreendimento.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata Jorge Macedo referiu que, com a construção das Portas do Mar, na baía do porto de Ponta Delgada, a agitação marítima no interior da actual marina “registou um forte aumento, principalmente quando a ondulação tem a direcção sul e sueste”.

“Este aumento da agitação tem consequência directa na fadiga dos

pontos de amarração, desgaste e segurança das embarcações lá atracadas, situação que já causou diversos prejuízos”, afirmou.

O parlamentar do PSD/Açores recordou que, segundo o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, durante a simulação das Portas do Mar em modelo reduzido, “já tinham sido identificados problemas de aumento da agitação marítima na zona nascente das Portas do Mar, onde se encontra a marina”.

Relativamente à nova marina, Jorge Macedo salientou que “não está prevista, nem apontada qualquer localização de remedeio” da zona de estacionamento em terra para conservação e manutenção das embarcações que utilizarão a infra-estrutura.

“O governo regional lembrou-se que, quando se constrói uma marina, são necessários lugares de ‘estacionamento em terra’ para conservação e manutenção das embarcações?” questionou.

Sócrates e César estão a “acentuar a pobreza” nos Açores

O líder do PSD/Açores considerou segunda-feira que a governação de José Sócrates e Carlos César está a “acentuar a pobreza” na Região e a fazer com que os açorianos “deixem de acreditar que possam vir tempos melhores”.

“O pior que esta governação de Sócrates e César fez aos Açores foi deixarmos de acreditar que possam vir tempos melhores e estarmos a caminhar para uma situação que se vê todos os dias, que é o acentuar da pobreza”, afirmou Costa Neves, no encerramento da convenção Vida Nova da ilha das Flores.

Segundo o líder social-democrata, o número de beneficiários do rendimento social de inserção “está a aumentar” e verificam-se “situações terríveis, nomeadamente entre os idosos que estão isolados ou dependentes”.

“Parece muito mais fácil meter os idosos, todos, num barco e levá-los a passear a São Miguel do que assegurar cuidados de saúde razoáveis”, referiu.

O presidente do PSD/Açores defendeu que a classe média açoriana “tem de ser incluída nas políticas sociais públicas”, dado que esta “também precisa de respostas, por exemplo, ao nível das creches ou dos cuidados a idosos”.

Para Costa Neves, “não há desenvolvimento, progresso, nem

democracia sem classe média”, sublinhou.

PSD quer esclarecimentos sobre a RIAC na Terceira

O PSD/Açores afirmou no dia 11 ser “discriminatória” a instalação dos postos da Rede Integrada de Apoio ao Cidadão (RIAC) na ilha Terceira onde, desde 2004, foram abertos cinco postos nas freguesias da Sé, Lajes, Porto Judeu, São Sebastião e Posto Santo, sendo que as últimas quatro localidades “têm presidentes de junta eleitos pelo partido socialista”, e numa altura em que deverá abrir mais um posto na freguesia dos Altares, “deixando para trás os Biscoitos e o Raminho”.

O assunto constou já de um comunicado da comissão política de ilha dos social-democratas, que recebeu críticas do secretariado de ilha do PS, numa postura que, para o PSD, “põe a nu a falta de repostas sobre o assunto, evidenciando uma clara discriminação das freguesias com eleitos do PSD”. Hoje, e segundo um requerimento enviado pelos deputados social-democratas eleitos pela Terceira à assembleia legislativa, são pedidas informações ao governo regional que se prendem com as afirmações dos responsáveis de ilha do PS, antevendo que “no final do ano haverá mais postos da RIAC em freguesias terceirenses com presidentes de junta do PSD do que do seu partido”, uma situação que os deputados querem ver explicada através de um esclarecimento da tutela.

O PSD acrescenta que “nenhuma das juntas de freguesia terceirenses com presidentes eleitos pelas cores social-democratas” recebeu, até à data, “qualquer informação sobre a instalação de postos da RIAC durante o corrente ano”, pelo que o documento enviado ao plenário inclui também um pedido discriminado “dos critérios utilizados na criação dos referidos postos na ilha Terceira”, referem. O requerimento recorda que “em 2005”, os presidentes das juntas de freguesia do Raminho e dos Biscoitos “solicitaram a abertura de postos da rede, o que nunca se veio a verificar”.

Assim o PSD reforça a crítica de que “o único critério que preside à escolha de um local para a instalação de um posto RIAC é a cor política”, sendo que após a denúncia da situação, a resposta

vinda das hostes socialistas foi apenas para “atirar para a frente” o assunto, sem ser suportada em factos concretos, isto quando é clara e patente “a forma discriminatória e a falta de critério na aplicação de políticas de proximidade e de apoio ao cidadão nos Açores”, concluem os social-democratas.

Escola Francisco Ornelas da Praia da Vitória, “derrapou” quase 5 milhões

O PSD da Praia da Vitória reiterou hoje as declarações do líder regional do partido sobre a “derrapagem orçamental” nas obras de ampliação da escola EB 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, uma crítica alicerçada num relatório do Tribunal de Contas que apontou o erro, lamentando ser a escola “novamente notícia, e pelas piores razões”, lê-se num comunicado da concelhia praiense.

A estrutura liderada por Paulo Ribeiro diz não compreender como é que a JS/Açores, “liderada pelo chefe de gabinete do presidente da câmara local”, pôde classificar de “falsas e enganadoras” as declarações de Costa Neves sobre o assunto, uma vez que as mesmas constam de um relatório de auditoria ao contrato de empreitada da obra de remodelação e ampliação da escola “datado de 17 de Dezembro de 2007”, onde é frisado que a mesma apresentou “um desvio de 31,11% no seu todo, incluindo a empreitada de construção do edifício, que apresenta um desvio de 44,86%, isto sem contar com a revisão de preços”, citam.

O PSD praiense lamenta que os responsáveis de uma organização de juventude partidária possam “desconsiderar, desvalorizar e desconfiar dos relatórios de um órgão de tão relevante importância e prestígio como é o Tribunal de Contas”, já que Costa Neves se limitou “a verbalizar o resultado da auditoria e o PSD apenas revelou aquilo que o partido socialista e o governo presidido por Carlos César procuram ocultar”.

Os social-democratas referem ainda que o relatório sobre a escola da Praia recomenda “maior cuidado no planeamento das obras públicas, por forma a que as condições de execução correspondam às que foram postas a concurso”, ou seja é o Tribunal de Contas quem confirma “as preocupações que temos vindo a

manifestar ao longo dos últimos anos, provando que este Governo não planifica e não tem estratégia”, dizem.

Em termos de números concretos a concelhia praiense revela que, na escola da Praia, foram gastos “mais 4.953.367,40 euros do que o previsto, sendo que 993.707,09 euros se referem a indemnizações que decorreram da incompetência em acautelar o funcionamento do estabelecimento de ensino”. Curiosamente, acrescentam, veio-se a verificar que “não havia fundamento para tal indemnização, porém, cerca de um milhão de euros foi entregue de mão beijada ao empreiteiro da obra”, concluem os social-democratas.

PSD/Angra exige cumprimento de promessas eleitorais de 2005

O PSD de Angra do Heroísmo exigiu - no dia 9 - da Câmara Municipal o “cumprimento das promessas constantes no programa eleitoral de 2005”, uma vez que “a aparente renovação na edilidade é apenas um disfarce, já que vão ser pessoas da mesma equipa a gerir o concelho”, sendo imperativo que

“o que não foi cumprido seja feito, depois de dois anos e meio em que as promessas se ficaram por simples miragens para os angrenses”.

As afirmações foram feitas hoje por Carla Bretão, presidente da concelhia laranja e vereadora da oposição na edilidade angrese, que assegurou, tendo como base o facto de Andreia Cardoso, “que substitui o presidente cessante”, não poder apresentar um novo programa, “uma vez que não houve eleições intercalares, uma situação que o PSD propôs de imediato, mas que o PS desvalorizou como é seu hábito”, ter como dever “cumprir as promessas feitas e escolhidas pelos angrenses”, disse a social-democrata.

“Não havendo qualquer linha de rumo para o desenvolvimento do concelho só podemos exigir que pelo menos as estruturas prometidas apareçam. O mínimo que se pode exigir é que sejam concretizadas as promessas”, disse Carla Bretão esta manhã, numa conferência de imprensa onde o PSD elencou todas os “incumprimentos” da gestão a cargo de José Pedro Cardoso,

apresentando imagens “que comprovam o alegado progresso que a candidatura que venceu a câmara em 2005 nunca implantou no concelho”.

Em causa estão a requalificação da zona do Relvão e da antiga Prainha, “com os balneários da porta da Prata vandalizados e a sujidade a imperar no local”, o “eterno buraco do Cantagalo, onde o nascer de um hotel não passou de uma miragem”, o acesso entre o Adro Santo (Cantagalo) e a entrada do Porto das Pipas “um troço degradado e apenas acessível a veículos todo-o-terreno” ou a inexistente requalificação da zona dos combustíveis e das zonas balneares do concelho “mantidas apenas nas condições mínimas de utilização”, disse a vereadora do PSD.

Outra das vertentes focadas tem a ver com os “inúmeros parques temáticos prometidos para Angra”, desde um parque lúdico e cultural “a instalar entre São Mateus e os Altares”, um parque de lide e maneo do gado bravo “anunciado para a caldeira Guilherme Moniz”, um parque espeleológico e de lazer “que se disse seria criado entre a Rua da Pereira e o centro de

Angra”, ou o parque temático anunciado pelo governo regional “dedicado aos endemismos da ilha”. Carla Bretão salientou que “nada se sabe nem de nada foram informados os angrenses sobre estas obras”. A líder do PSD na cidade património adiantou mesmo não entender “para quê tanto parque ou qual a estratégia que orienta a sua criação”.

O PSD relembrou ainda que, do programa eleitoral de José Pedro Cardoso, constava “um conjunto vasto de investimentos que se ficaram pelas intenções”, casos da construção de novas escolas em Santa Bárbara e Ribeirinha, a criação de parques de estacionamento no Pico da Urze e Santa Luzia, bem como a ampliação do parque da Praça de Toiros, a criação de uma parceria público-oprivada para remodelar o mercado Duque de Bragança “ainda e sempre no mesmo estado de abandono”, ou os “eternamente adiados melhoramentos no parque industrial “ que, “decididamente, é uma estrutura que nasceu mal e mal continua”, disse a líder do PSD em Angra. –

Gab. Imp. PSD/Açores

Notícias do Porto

A cidade vibra com o Euro'2008

Milhares de pessoas assistiram, no passado sábado, pelos três ecrãs espalhados pela cidade, ao começo do Campeonato Europeu de Futebol 2008, a decorrer na Suíça e Áustria, e especialmente à vitória da Selecção Nacional no jogo com a Turquia. O programa, organizado pela empresa municipal PortoLazer, com o patrocínio da Sagres e Optimus, contemplou também muita animação antes e após o jogo de Portugal, animando a cidade, tal como já tinha acontecido no Euro 2004 e no Mundial 2006.

Na Avenida dos Aliados, na Ribeira e no Castelo do Queijo, as pessoas concentraram-se para ver jogar Cristiano Ronaldo e C^a. e vibrar, sobretudo, com os golos de Pepe e Raul Meireles, na primeira vitória de Portugal no Euro'2008. O tempo ajudou também à festa que se prolongou por várias horas.

No Castelo do Queijo está instalado o “Estádio Sagres”, centro de toda a animação paralela, à semelhança do que já tinha acontecido durante o Mundial de 2006. Assim, no sábado, actuou Boss AC. Seguem-se, quarta-feira, dia 7, após o Portugal-República Checa os Táxi e no próximo domingo, dia 15, após o Portugal-Suíça, Da Weasel.

Outra das novidades é a mudança da “Festa da Francesinha” para junto do “Estádio Sagres”, iniciativa que decorria habitualmente no Largo do Calem. Esta festa de um dos ícones gastronómicos do Porto irá animar aquela zona da Foz até dia 29 de Junho.

Ali ao lado, mais próximo do Edifício Transparente, os desportos radicais, a música e a moda voltam também a marcar a animação portuense com a 4ª edição do Alternativa Porto 2008, que decorre até ao próximo dia 15 de Junho.

Encerramento da Semana da Energia e do Ambiente

A Semana da Energia e Ambiente, uma organização conjunta do Pelouro do Ambiente da Câmara Municipal do Porto e da Agência de Energia do Porto (AdEPorto), terminou no passado sábado, dia 7 de Junho, com o habitual passeio de cicloturismo “Pedalar pelo Ambiente”, já na sua 8ª edição.

Cerca de centena e meia de participantes associaram-se a esta última iniciativa, completando os 22 quilómetros de um percurso transformado em passeio de convívio. Os cicloturistas iniciaram a “pedalada” na Alameda das Antas, passando depois pela Avenida dos Aliados, pela marginal até ao Castelo do Queijo e regressando pela Avenida da Boavista até ao local de partida.

O objectivo desta iniciativa foi, acima de tudo, promover o uso da bicicleta em meio urbano através da “invasão” ou apropriação simbólica de espaços normalmente destinados a veículos motorizados.

A semana da Energia e do Ambiente encerrou com um balanço positivo, após um vasto programa de actividades que assinalaram os dias da Energia (29 de Maio) e do Ambiente (5 de Junho).

A comunidade escolar e docente teve a oportunidade de participar gratuitamente nas visitas à “Casa Termicamente Optimizada”, bem como nos ateliers lúdico-recreativos, que tiveram lugar nos 5 Centros de Educação Ambiental, com particular destaque para a “Festa do Ambiente” no dia 5 de Junho. Esta última contou com animação circense, peças de teatro, exposições, palestras e jogos didácticos – actividades estas que tiveram sempre como pano de fundo preocupações ambientais, como o consumo sustentável, o uso racional da energia, a separação de resíduos, a preservação de espaços públicos e a protecção da fauna e flora urbana, entre outros.

Durante esta semana temática foram ainda organizados dois seminários técnicos. Um deles, realizado no dia Nacional da Energia, a 29 de Maio, teve como temática principal os “Edifícios Sustentáveis de Prestígio”, e o outro, que decorreu no dia do Ambiente, a 5 de Junho, centrou-se nas “Alterações Climáticas e a Cidade Sustentável!”. Ambos contaram com a intervenção de vários especialistas, cujas comunicações estão disponíveis nos sites da CMP e da AdEPorto. Para toda a população interessada, e recriando uma modalidade da infância de outros tempos que promove o reaproveitamento de materiais, teve ainda lugar no dia 31 de Maio, o “1º Grande Prémio de Carrinhos de Rolamentos da Cidade do Porto”. - © CMP



JSD Açores

JSD defende ensino profissional no Corvo

O líder da JSD/Açores defendeu terça-feira que o Corvo deve ter ensino profissional, com cursos nas áreas da agricultura e pescas, dois dos sectores com “maior potencial” na ilha.

“Deve haver no Corvo uma delegação de uma escola profissional, para que os jovens tirem alguns cursos aqui, nomeadamente nas áreas da agricultura e pescas”, afirmou Cláudio Almeida, durante a convenção Vida Nova do Corvo.

Para o líder dos jovens social-democratas, a existência de ensino profissional na ilha permitirá “formar mão-de-obra especializada” naqueles dois sectores, além de “criar mais emprego”.

O presidente da JSD/Açores defendeu, ainda, a instalação do ensino secundário no Corvo. - **Correspondente**



Os TSD destacam a falta de Previsão do Governo Socialista

A situação que o País viveu recentemente com a luta dos camionistas para que o Governo finalmente desse resposta aos seus graves problemas já anteriormente tinha sido prevista pelos TSD/AML.

No nosso Comunicado de 29/02/08, salientámos entre os agravamentos do custo de vida “ a subida do preço dos combustíveis e consequentemente de todos os transportes”.

Em 27/05/08, noutra Comunicado, dissemos que “empresas de camionagem, pescadores, taxistas, etc. estão na eminência do encerramento de muitas empresas com o consequente aumento do desemprego. Para quando o gasóleo verde para estas actividades prioritárias?”

Pelos vistos só o Governo Socialista, no seu habitual autismo, ignorou a crise que se avizinhava. Será que este Governo estará à espera de uma nova crise para enfrentar de vez este problema? Avisados já foram pelos TSD/AML e, como diz o Povo, “quem nos avisa, nosso amigo é”. - **TSD/AML**

TSD/Açores

Redução do IRS “deve ser para todos” os açorianos

Os TSD/Açores reafirmaram que a redução do IRS “deve ser para todos” os açorianos e não “só para alguns”, como decidiu o presidente do governo regional.

“A extraordinária 'solução' de Carlos César deixa de fora milhares e milhares de trabalhadores. Verdadeiramente extraordinária é a insensibilidade do presidente do governo para a situação de agonia em que vive a classe média, espalhada pelas nove ilhas do arquipélago”, afirmou Rui Ramos, presidente dos TSD/Açores, em conferência de imprensa.

O dirigente social-democrata, que quinta-feira desafiara o governo a reduzir o IRS “de forma a atenuar as dificuldades cada vez mais sentidas” pela classe média, referiu que, sobre isso, o presidente do governo “ficou calado, disse zero”.

Para Rui Ramos, verifica-se uma “injusta e sistemática exclusão da classe média das medidas tomadas pelo governo”.

“Tal como o PSD fez em 1999, com a redução de 30 por cento, para todos, no IVA e no IRC, bem como de 20 por cento, também para todos, no IRS, entendemos ser tempo de chegar agora aos 30 por cento, também no IRS e também para todos”, considerou.- **TSD/Açores**



ÁGUEDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Águeda, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 30 de Junho de 2008 (segunda-feira), pelas 21h00, na Sede da Secção de Águeda – na Rua Joaquim Francisco de Oliveira em Águeda, com a seguinte

Informações;
Análise da situação política e partidária.

ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do PSD de Alfândega da Fé, para o próximo dia 18 de Julho de 2008, sexta-feira, na Sede do PSD - Loteamento Vale do Abade, lote 25 - R/c com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: a votação decorrerá entre as 20h00 e as 23h00, do dia 18 de Julho.

Conforme o Regulamento Eleitoral (art.º 7º, ponto 5) os militantes poderão pagar as quotas até ao 10º dia anterior ao da eleição, para terem capacidade eleitoral activa; As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD.

NÚCLEO DE ALFENA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Alfena para reunir em Assembleia Ordinária, no

próximo dia 4 de Julho de 2008, pelas 21h00, no Centro Cultural de Alfena, sito à Rua São Vicente, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Informações;
Análise da situação política local e nacional.

NÚCLEO DE RIBEIRÃO (CPS V. N. FAMILICÃO)

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes do PSD do Núcleo de Ribeirão do Concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no próximo dia 22 de Julho de 2008, pelas 19h00, na Sede da Junta de Freguesia de Ribeirão, sita na Avenida Rio Veirão, nº 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

NOTA: As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00. As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Concelhia ou a quem legalmente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia.

NÚCLEO DE NOGUEIRA DE REGEDOURA (CPS SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes do Núcleo do PSD de Nogueira da Regedoura, para uma Assembleia Eleitoral a realizar no **dia 19 de Julho de 2008**, na sede provisória do núcleo, sita na R. Joaquim Domingues Maia, 968 – Freguesia de Nogueira da Regedoura – Concelho de Santa Maria da Feira, com início pelas 15,00 horas e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política do Núcleo;

A eleição decorrerá entre as 15:00 e as 17:00 horas; Só poderão ser eleitos e participar na votação os militantes que tenham as suas quotas regularizadas até 10 dias

antes da data do acto eleitoral e integrem o Caderno Eleitoral; As candidaturas em listas, as respectivas proposituras, bem como, as declarações de aceitação subscritas pelos candidatos e outros aspectos a considerar inerentes ao acto eleitoral, deverão respeitar os Estatutos e o Regulamento Eleitoral;

As listas das candidaturas para os Órgãos a eleger, deverão ser entregues ao Presidente do Núcleo, ou a quem o substitua, na Sede Provisória do Núcleo, até às 24 horas do dia 16 de Julho de 2008, encontrando-se a referida Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 22 às 24 horas.

ERRATA – NÚCLEO DE ARADAS (CPS DE AVEIRO)

Por erro da redacção do Povo Livre, na última edição de *11 de Junho de 2008*, onde se lê “Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Aradas, para reunir no próximo dia **12 de Junho de 2008** (sábado) ... “ deve-se ler obviamente “...12 de *Julho* de 2008 (sábado)...”.

Publica-se então aqui a redacção correcta da respectiva convocatória;

NÚCLEO DE ARADAS (CPS DE AVEIRO)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Aradas, para reunir no próximo dia **12 de Julho de 2008** (sábado), a partir das 17h00, na sede concelhia do PSD Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, nº 177 – 1º andar, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo de Aradas.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao

Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD que estará neste dia aberta das 22h00 às 24h00.

NÚCLEO DE S. MAMEDE DE INFESTA

Clarisse do Céu Sousa, militante nº 40628, Presidente da Comissão Política Concelhia de Matosinhos, ao abrigo do disposto nos Estatutos e Regulamentos do PSD, convoca-se a eleição para a Comissão Política do Núcleo de S. Mamede de Infesta, para o próximo dia 18 de Julho de 2008, entre as 18h00 e as 22h00, na sede do PSD de Matosinhos, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na freguesia de Matosinhos.

As listas concorrentes às eleições devem ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (15 de Julho de 2008) à Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem a substitua estatutariamente, no local da realização das eleições.

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia no dia 19 de Julho de 2008, entre as 20h00 e as 23h00, na sede concelhia sita na Rua Comandante Luís Pinto Silva, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues entre as 21h30 e as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (16 de Julho), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede do PSD.



NÚCLEO DE CANIDELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Canidelo, para o próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 21.30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

- As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 21.30 às 23.30.

O Presidente do Plenário da JSD Gaia
(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE CANELAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Canelas, para o próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 21.30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

- As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 21.30 às 23.30.

O Presidente do Plenário da JSD Gaia
(Noel Gonçalves)

NÚCLEO DE OLIVAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Núcleo de Olival, para o próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 21.30, na sede do PSD/GAIA, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, em

Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:
Eleição da Mesa de Plenário e Comissão Política de Núcleo.

NOTA:

- As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.
- As urnas estarão abertas das 21.30 às 23.30.

O Presidente do Plenário da JSD Gaia
(Noel Gonçalves)

POVOA DE VARZIM

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convocam-se todos os militantes da Secção da JSD Póvoa de Varzim para reunirem em Plenário a 19 de Julho de 2008, pelas 16.00 horas, na sede concelhia do Partido Social Democrata da Póvoa de Varzim, sita à Praça do Almada, n.º 7 - 1.º Esq., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário da Secção e Comissão Política da Secção;

NOTAS:

- As listas de candidatos deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Secção, ou a quem o estatutariamente o substitua, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia do PSD/Póvoa de Varzim;
- Para o exercício do direito de voto as urnas estarão abertas das 16h00 às 20h00;

A Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Cármem Silva)

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais Regulamentos aplicáveis e na ausência de órgãos locais eleitos, convoco o Plenário de Secção da JSD, Secção de Moscavide, para reunir no próximo dia 18 de Julho de 2008, pelas 14h30 horas na Sede da Secção, sito na Rua Maria do Rosário Patacão, n.º 4 r/c dto, em Moscavide, com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Secção de Moscavide da JSD;

NOTA:

- As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital de Lisboa

da JSD, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento Eleitoral da JSD, na Sede da Distrital de Lisboa, sito Rua da Junqueira n.º 209, Lisboa.

As urnas estarão abertas das 14h30 às 23h00.

O Presidente da Mesa da Assembleia Distrital
(Luís Newton)

SECÇÃO H

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção H para reunir no dia 23 de Julho de 2008, pelas 21h em Sede da Secção – Rua Manuel dos Santos, 21-A, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Eleição da Comissão Política de Secção
- Eleição da Mesa do Plenário de Militantes

NOTAS:

- As urnas estarão abertas pelo período de 2H;
- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente de Mesa ou a quem o substitua estatutariamente, na Sede da Secção, sita na Rua Manuel dos Santos 21-A, até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção
(Afonso Costa)

CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Ordinário, da JSD da Secção do Cartaxo, a realizar-se no dia, 27 de Junho de 2008, pelas 21:30 Horas, na sede do PSD/Cartaxo, sita na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º D.º, no Cartaxo, com a seguinte ordem de trabalhos:

Informações.

Balço das actividades promovidas pela JSD do Cartaxo.

Análise da Situação Política.

- Marcação do Plenário Eleitoral.

Presidente da Mesa do Plenário da JSD do Cartaxo
(Ruben Gorgulho)

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Secção de Guimarães, para reunir no dia 18 de Julho de 2008, pelas 15 horas, na Sede Concelhia, sita no Largo do Toural, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição da Mesa do Plenário de Secção de Guimarães;
- Eleição da Comissão Política de Secção de Guimarães.

NOTAS:

- As listas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 15h00 às 17 horas.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital
(Sá Nogueira)

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, bem como dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção de Aveiro, para reunião a realizar no próximo dia 27 de Junho de 2008, pelas 21 horas, na Sede do PSD de Aveiro, sita na Av. Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1.º, 3800 Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

Leitura da acta da reunião anterior
Análise da Situação Política – partidária

O Presidente da Mesa
(Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro)

CONSELHO DISTRITAL DA ÁREA OESTE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos, convoco Conselho Distrital da JSD/Área Oeste, para o dia 27 de Junho, pelas 21.00, na sede da Distrital Área Oeste, sita na Rua 9 de Abril, 1, 3.º Dto., em Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Marcação do Calendário das eleições para os órgãos distritais da JSD/Área Oeste

O Presidente da Mesa do Congresso da JSD
(Daniel Figueiro)